

Comissão de Finanças discutiu propostas da RMSP ao Orçamento estadual 2015

Demandas do funcionalismo foram destaque dentre os participantes

MONICA FERRERO E MARISA MELLO
FOTOS: MAURÍCIO GARCIA DE SOUZA E
JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA



A questão do lamspe foi referendada pelo conselheiro consultivo do instituto, Silvio Miccelli, que destacou que o lamspe deve permanecer vinculado à Secretaria de Gestão Pública.

Os procuradores do Estado de São Paulo, Caio da Silva e Derly Barreto, afirmaram que o orçamento do órgão é pequeno e que há carência de funcionários das carreiras de apoio. Eles destacaram que a Procuradoria do Estado é responsável por algumas importantes políticas públicas de governo.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, presidida pelo deputado Mauro Bragato (PSDB), realizou nesta terça-feira, 6/5, audiência pública para debater o Orçamento do Estado para 2015. A reunião ocorreu na Assembleia Legislativa, para ouvir a população da capital e de demais cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo.

Diversos representantes da sociedade civil apresentaram demandas. O presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos, Antonio Tuccillo, destacou pontos da LDO que desrespeitam o servidor público. Um deles é a falta da constitucionalmente obrigatória revisão anual dos salários do funcionalismo, "além do descaso por parte do governo do Estado da data-base, em março, o que leva à desvalorização salarial e funcional".

lamspe e procuradores

Em nome da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Elza Barbosa da Silva pediu que o governo do Estado pague a contrapartida devida ao lamspe. Propôs ainda o estabelecimento de um novo modelo de gestão autônoma no lamspe, de forma a torná-lo um convênio médico solidário de qualidade.

Educação

A professora Wally de Jesus, representante da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo, disse que o Estatuto do Idoso deveria ser aplicado no que tange a políticas voltadas ao funcionalismo. "Além disso, a previsão orçamentária deveria incluir o reajuste salarial dos servidores, conforme reza a Constituição que fixou data-base." O cumprimento da data-base também foi cobrado por Neli Cordeiro, da Associação dos Funcionários da Educação (Apase).

Felipe Braz, do DCE da Fatec, pleiteou a instituição de bolsa-permanência para, pelo menos, 670 alunos, no valor de R\$ 400 cada, o que totalizaria R\$ 3 milhões.

Integrantes do Sindicato dos Funcionários do Centro Paula Souza, Neusa Santana e Sílvia Lima reivindicaram

a dotação orçamentária de 2,1% para as Fatecs e Etecs e ainda a previsão de recursos para que o Centro Paula Souza pague planos de saúde a seus servidores, conforme consta em lei aprovada recentemente pela Assembleia.

OP e cultura

Do Movimento em Apoio ao Orçamento Participativo, Fabio Siqueira cobrou coerência na execução das metas do Plano Plurianual com a efetivação destas no Orçamento. Citou como exemplo obras da área de transporte previstas em 2010 e que já deveriam ter sido concluídas. Falou ainda da péssima situação das rodovias do Vale do Ribeira.

O pleito para os difusores de cultura - aporte de R\$ 100 milhões para o Proac (programa voltado à cultura popular) foi defendido por Rudifran Pompeu, da Cooperativa Paulista de Teatro.

Mais divulgação

O 1º secretário da Assembleia, Enio Tatto (PT), afirmou que as audiências devem ser mais divulgadas pelo Legislativo paulista, a exemplo, da câmara paulistana, que veiculou propagandas em grandes emissoras de TV, para divulgar debate do novo plano diretor da cidade. Tatto ressaltou como o maior problema da RMSP a falta de mobilidade urbana.

Já o Professor Tito (PT) espera que as audiências não se tornem um muro de lamentações, já que as emendas sugeridas dificilmente são acolhidas no Legislativo.

Beth Sahão (PT) disse ser fundamental o investimento em educação e cultura, "afinal é o mesmo que investir na juventude", base do futuro.

Maria Lúcia Amary (PSDB) destacou a importância das audiências e da participação dos cidadãos.

O presidente Bragato lembrou que é impossível atender a todas as milhares de emendas apresentadas ao Orçamento, porém bons resultados foram alcançados gradativamente desde que as audiências públicas vêm sendo realizadas em todo o Estado pela Comissão de Finanças da Assembleia paulista.

Participaram, além dos citados, Hamilton Pereira e Geraldo Cruz (ambos do PT); Edson Giriboni (PV), Davi Zaia (PPS) e Orlando Bolçone (PSB).

A próxima audiência pública para discutir o Orçamento 2015 acontece nesta quinta-feira, 8/5, às 10h, na Câmara de Piracicaba.



Deputado Mauro Bragato: audiências públicas renderam bons resultados

Escola de Engenharia de Lorena deverá ganhar área cedida pelo Estado

Catanduva poderá ter propriedade do terreno onde se encontra o Centro Social Urbano



Geraldo Cruz, Ramalho da Construção, Carlão Pignatari, Alencar Santana, José Zico Prado e Alex Manente

LORRANE SANTOS - FOTO: YARA LOPES

A Comissão de Infraestrutura, presidida pelo deputado Alencar Santana (PT), aprovou nesta terça-feira, 6/5, cinco projetos de lei e duas moções. Dentre os PLs, o 547/2011, de autoria do deputado Campos Machado (PTB), que autoriza o Poder Executivo a ceder área à Escola de Engenharia de Lorena. O terreno permitirá a ampliação das instalações da instituição, possibilitando maior oferta de cursos e desenvolvimento de pesquisas.

Na reunião, também foi aprovado o PL 582/2011, de autoria do governador, que autoriza a Fazenda do Estado a transmitir ao município de Catanduva, gratuitamente, os direitos sobre a área onde se encontra instalado o Centro Social Urbano.

Estiveram presentes na reunião Analice Fernandes, Ramalho da Construção e Carlão Pignatari (todos do PSDB), Geraldo Cruz e José Zico Prado (ambos do PT), Dilmo dos Santos (PV), Alex Manente (PPS) e André do Prado (PR).